COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.156-B, DE 2004 (apensado PL nº 3.364, de 2004)

Dispõe sobre o dever das empresas de rádio ou televisão de informar aos ouvintes ou telespectadores os dados das obras musicais executadas em sua programação.

Autor: Deputado Ivan Valente

Relator: Deputado Eduardo Cunha

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe determina que as empresas de rádio e televisão deverão informar “aos ouvintes ou telespectadores os dados das obras musicais executadas em sua programação”.

Dentre os dados a serem informados, constam, quando se tratar de música popular brasileira, o nome completo da obra, o intérprete, banda ou coral, o autor da letra e o autor da música. No caso de música estrangeira, a exigência limita-se ao nome da obra e intérprete, banda ou coral, e, no de música erudita, devem ser divulgados o autor da obra, o nome da orquestra e a regência.

A proposição estipula ainda a aplicação de multa às empresas de rádio e televisão que não observarem as disposições da lei, dividindo entre os Ministérios das Comunicações e da Cultura o montante arrecadado.

Posteriormente foi apensado o PL nº 3.364/2004 propondo a modificação da Lei n.º 9.610/98 que “altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais”.

As duas proposições foram aprovadas na forma de substitutivo pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e pela Comissão de Educação.

De acordo com o substitutivo, a matéria será disciplinada por meio de alteração à Lei nº 9.610, de 1998. Estabelece tratamento igualitário entre a música popular brasileira e a estrangeira; exige que a relação completa das obras musicais executadas deve ser disponibilizada no sítio eletrônico de cada empresa; na hipótese de inexistência da disponibilidade de sítio eletrônico, as planilhas deverão ser fornecidas em meio impresso; o montante arrecadado por meio das multas será destinado ao Fundo Nacional de Cultura, disposto na Lei nº 8.313, de 1991; a lei entrará em vigor após o prazo de 180 dias da publicação.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas aos projetos nesta Comissão.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 32, inciso IV, alínea a do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dos projetos de lei e do substitutivo em comento.

Estão obedecidos os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União (art. 24, IX, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à iniciativa, neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF).

Igualmente constatamos que os projetos e substitutivo respeitam preceitos e princípios da Constituição em vigor e estão em conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

Por fim, observamos que a técnica legislativa e a redação empregadas estão adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nº 3.156 e 3.364, ambos de 2004, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Educação.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado Eduardo Cunha
Relator